
Comunicação e Educação para a Cidadania: Cartilha Digital – “Ações afirmativas para a construção da cidadania e redução das desigualdades sociais.”¹

Camila Canuto Dias de Mello²
Sergio dos Santos Clemente Júnior³
José Acácio Beloti Filho⁴

Universidade Virtual do Estado de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

A Educação sempre foi vista pelo Poder Público como “algo perigoso”. E eles estão certos. A Educação representa sim grande poder quando apresenta aos estudantes e junto deles promove o debate de temas que são caros à construção da cidadania e da identidade de um povo. Daí o tal “perigo”, uma vez que um povo culto e letrado pode reivindicar seus direitos de cidadão. Ninguém melhor expressou isso na Academia do que Paulo Freire, que por meio de sua obra ressaltou o papel da Educação e da Comunicação na construção da Cidadania. Então, como Gestores Públicos na Educação propomos a Cartilha Digital, uma intervenção comunicativa para escolas públicas para a capacitação dos seus servidores; projeto que incentiva práticas pedagógicas para ações afirmativas a fim de minimizar as desigualdades sociais no ambiente escolar.

Palavras-chave: 1. Comunicação; 2. Educação; 3. Tecnologias da Informação – Cartilha Digital; 4. Construção da Cidadania; 5. Redução das Desigualdades Sociais.

Introdução

É por acreditar que a Educação seja o único caminho para a evolução e o crescimento de uma sociedade, e que a Comunicação Pública tem papel fundamental nesse cenário, que escolhemos por desenvolver no Projeto Integrador no curso de Gestão Pública a Cartilha Digital - “Ações afirmativas para a construção da cidadania e redução das desigualdades sociais.”, uma intervenção comunicativa digital voltada para

¹ Trabalho apresentado na IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Aluna do 6º período do Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP – e-mail: lamicatonuca@gmail.com

³ Sócio da INTERCOM e Aluno do 6º período do Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP – e-mail: prof.sergio.clemente@gmail.com

⁴ Professor Orientador do Projeto Integrador do Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP – e-mail: belotifilho@gmail.com

escolas públicas com o objetivo de capacitar os seus servidores. Esse projeto busca incentivar práticas pedagógicas para ações afirmativas a fim de minimizar as desigualdades sociais no ambiente escolar, e por meio do uso da Tecnologia da Informação e da Comunicação, auxiliar na efetiva construção da identidade cultural antirracista no ambiente escolar.

A Escola, sobretudo a pública, deve ser construída para que represente um ambiente saudável à discussão para todos os públicos que nela circulam. Ninguém melhor do que Paulo Freire nos sinalizou esse cenário saudável em sua vasta e excepcional obra. Freire (1987) nos alerta para a importância de transformar o espaço escolar em um ambiente propício ao diálogo, em busca da libertação dos estudantes. Nessa mesma obra, o autor assinala que somos nós os professores que, por meio da maneira como trabalhamos o nosso fazer docente, não damos a devida oportunidade da discussão de temas que são caros à construção da cidadania de nossos alunos. Libertar o pensamento a partir da discussão de temas caros à sociedade, e nesse caso, um tema que faz parte da nossa raiz cultural, liberta não somente o estudante, mas as famílias e a comunidade do entorno escolar, mas, sobretudo, liberta o próprio servidor que atua na área de educação. Esse espaço libertador deve valorizar, a partir do debate, a construção da cidadania dos jovens educandos, a fim de buscar minimizar as grandes diferenças percebidas na vida em sociedade ao longo de nossa história.

O Professor sempre será um exemplo aos seus estudantes. Quando bem capacitado, ele certamente conseguirá tratar em suas aulas de questões relevantes como as de étnico raciais de caráter sócio-histórico, de maneira mais sutil, mostrando que, na verdade, as diferenças vivem dentro de cada um, e que quando as minimizamos, tornamos o espaço mais agradável para o convívio de todos, e muito mais saudável para a construção efetiva da cidadania. E esse é papel fundamental da Comunicação e dos recursos tecnológicos os quais ela se apropria.

O Projeto Integrador buscou então uma intervenção comunicativa em Recursos Humanos (Gestão de Pessoas) no âmbito da escola pública por meio da capacitação dos servidores (gestores, professores e demais funcionários) de uma unidade escolar do Município de São Paulo, usando como recurso a tecnologia (um website publicado na internet) com o intuito de incentivar práticas pedagógicas que propiciem ações afirmativas que possam minimizar as desigualdades sociais no ambiente escolar, ações

estas apoiadas em questões sócio-histórica e de cultura afro-brasileira, buscando a melhoria do ambiente escolar para a construção da cidadania.

Para que o Projeto fosse o mais Integrador possível, nos apoiamos nos ensinamentos adquiridos em onze disciplinas cursadas no curso de Tecnologia em Gestão Pública, são elas: 1) Projeto Integrador 1, 2) Metodologia da Pesquisa Científico-Tecnológica, que estruturam metodologicamente o trabalho ora apresentado; 3) Direito Constitucional e Administrativo, 4) Ética e Legalidade em Serviços Públicos, que orientam a proposição de ações afirmativas éticas e dentro da legalidade; 5) Gestão de Projetos no Setor Público, 6) Gestão por Processos, que orientam na documentação e controle de cada fase das ações propostas no PI; 7) Administração Pública, 8) Gestão de Pessoas no Setor Público, que são o foco temático proposto no trabalho, 9) Estatística, que os dá subsídios para melhor compreender a realidade sócio-histórica do nosso cliente, 10) Eventos, Cerimonial e Protocolo, e 11) Comunicação, Expressão e Redação Oficial, que serviram para auxiliar na estruturação do treinamento e de sua comunicação para todos os *stakeholders* envolvidos.

Problema e delimitação da área pesquisada

Buscou-se identificar o cenário no qual se encontra uma unidade escolar pública no Município de São Paulo, para que fosse possível a identificação de problemas que pudessem ser tratados a partir da Comunicação e das Tecnologias da Informação. As pesquisas e discussões iniciais identificaram que a educação não tem se mostrado como uma das prioridades nas Políticas Públicas nacionais ao longo de nossa história.

É fato conhecido também que o ambiente escolar, já há muito tempo, pouco proporciona uma educação para a cidadania, preocupando-se prioritariamente com a transmissão de conteúdos. Outro ponto importante é que a burocracia dentro das unidades escolares pode atrapalhar a proposição de ações afirmativas voltadas para a efetiva construção de uma sociedade cidadã.

O brasileiro tem descendência europeia, africana e indígena, mas esse histórico pouco contribuiu para a criação de uma identidade nacional consistente. Além disso, verifica-se a forte presença de um racismo velado e a cada dia mais intolerância às diferenças em todos os sentidos: racial, social, sexual, religioso, entre outros. Esse cenário gera iniquidades raciais significativas, sobretudo no ambiente da escola, no qual

é facilmente percebido que as oportunidades educacionais na escola pública são desiguais aos estudantes, dificultando uma efetiva evolução, fortalecimento social em todo o país.

Na escola pública há demandas importantes que frequentemente não têm sido atendidas, dentre elas a capacitação dos servidores para ações afirmativas relacionadas aos temas propostos do Projeto e, sobretudo o engajamento do estudante, da família e da comunidade para a construção de uma identidade nacional mais sólida, a partir de nossas origens, construídas por ações realizadas dentro da escola. A Comunicação ganha espaço significativo nesse cenário.

Da mesma forma, sinalizamos uma oportunidade ainda pouco explorada na Unidade Escolar - alvo de nossa intervenção -, e nela o Projeto foi apoiado, que é acreditar que o âmbito escolar seja um rico espaço para o debate de questões sócio-histórica de raízes cultural e afrodescendentes.

Dessa forma, o Projeto Integrador entregou dois produtos finais: 1) A Cartilha Digital “Ações afirmativas para a construção da cidadania e redução das desigualdades sociais”, e 2) O Roteiro de Capacitação: Documento orientador para o trabalho de capacitação dos gestores junto à equipe escolar. Nessa ocasião, apresentamos o produto 1 – A Cartilha Digital.

Para que os dois produtos propostos possam ser concebidos de maneira mais abrangente e sólida, foram identificados como *stakeholders* a Equipe da Gestão Escolar da Unidade (Diretor, Vice-Diretor, Coordenadores e Supervisão de Ensino), os Servidores (professores, equipe técnico-administrativa e servidores contratados), os Alunos, os Pais e a Comunidade do entorno escolar.

Conhecedores de que um Projeto de intervenção comunicacional na área pública precisa ser desenvolvido a partir de todos os preceitos legais, a equipe identificou como premissas, a necessidade de aprovação do Projeto pela Gestão Escolar, o que inclui a Supervisão de Ensino, para a sua devida implantação; a necessidade de se chegar a um produto final que seja atraente aos olhos dos servidores, a fim de que estes “comprem a ideia” e realizem as intervenções propostas na Unidade Escolar junto de seus pares. E sem dúvida alguma, se alimentou no grupo o total engajamento da equipe do projeto, para que todas as etapas fossem cumpridas conforme o planejado.

Da mesma forma, a equipe do Projeto tem consciência de que importantes fatores externos (e por que não dizer também internos) podem se configurar restrições

ao perfeito andamento das ações previamente planejadas, são eles: O tempo hábil para a pesquisa aprofundada sobre os temas em questão; a falta de experiência prática da equipe na construção de material para capacitação em RH (em contrapartida da experiência real em comunicação pública); a falta de experiência prática da equipe quanto aos recursos de formatação de material gráfico; a falta do pertencimento do aluno / comunidade em relação ao ambiente escolar, e o vandalismo presente e frequente na Escola; Políticas Educacionais desalinhadas com a realidade da comunidade local, e Legislação vigente por vezes limita a ação da Gestão; e por fim a comunidade local vulnerável, com alunos desinteressados e famílias desacreditadas quanto ao poder da educação na vida de seus filhos.

E cientes de que nenhuma ação é realizada sem custos, a equipe delimitou inicialmente a necessidade de levantar o custo do uso do espaço e dos equipamentos para a realização do treinamento; os custos da organização do evento (Café de recepção, *coffee-breaks* e materiais de apresentação), e também os custos com material de apoio (blocos de anotação e canetas), descritos e apresentados como sugestão à Equipe da Gestão da Unidade Escolar no produto 2, Roteiro de Capacitação para o Treinamento (que não é alvo desse artigo).

Contexto Investigado - O Município de São Paulo

O Município de São Paulo está localização na porção sudeste do Estado de São Paulo. Foi fundado em 1554 e configura-se como núcleo central da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Apresenta uma população de 11.869.660,00 milhões de habitantes (SEADE, 2020) distribuídos em um território de 1.521,110 km², com densidade demográfica de 7.398,26 hab/km². O município é vasto em atividades econômicas e sociais. Apresenta uma taxa de crescimento geométrico de 0,80% ao ano, e um índice de envelhecimento da população de 81,11%.

De acordo com levantamento de dados da Fundação SEADE, em relação aos aspectos sociais, a esperança de vida média dos habitantes é de 73,21 anos para a população masculina e 79,52 para a população feminina. As taxas de mortalidade infantil estão decrescentes nos últimos cinco anos, 10,70 por mil habitantes (SEADE, 2020).

Assim como as demais grandes cidades do país, o Município de São Paulo também vive uma intensa crise no mundo do trabalho, apresentando segundo estudo do ano de 2016 da Fundação SEADE (2020) uma taxa de desemprego na casa de 16%. Esse percentual representa um crescimento de 4,3% em relação ao ano de 2015, retornando naquele ano a discrepância entre negros e não negros aos níveis de 2012 (SEADE, 2020).

Área ou Setor do Problema Observado

A Secretaria de Educação do Município de São Paulo (SME, 2020) foi criada a partir do Decreto Lei Nº 430 de 08/07/1947 para compor a então Secretaria de Cultura e Higiene. Em 1975 com o Decreto Lei Nº 8.204 de 13/01/75 houve alteração de sua denominação e foi renomeada para Secretaria Municipal de Educação. Atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394/96 foi incumbida de oferecer a educação infantil em creches e outros níveis de ensino no âmbito municipal.

A SME de São Paulo conta com Unidades Educacionais (EMEFs), Centros Educacionais, Diretorias Regionais de Educação, Órgãos Centrais e Conselho Municipal de Educação, atendendo todas as etapas da educação básica, inclusive com parcerias com uma rede de instituições de educação infantil privadas para atender crianças de zero a três anos de idade. Em 2019 alcançou um índice de 6 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB⁵, tendo com meta projetada para 2021, 6,2 pontos (INEP, 2020). O Atual secretário da educação é Bruno Caetano, que foi nomeado para o cargo em 2019.

O Projeto Integrador escolheu como organização pública a ser trabalhada a EMEF Professor Theodomiro Monteiro do Amaral. Esta Unidade Escolar faz parte da Rede Municipal de Ensino, ofertando à comunidade local turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental regular. A Unidade Escolar está localizada na Rua Acarirana, 51, bairro Jardim Dom José, Distrito Capão Redondo, região pertencente à Sub-Prefeitura de Campo Limpo, Microrregião Capão Redondo, no município de São Paulo (EOL, 2020).

A escola iniciou seu funcionamento em 06/02/1995 e atualmente conta com 17 salas de aula, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para

⁵ Este indicador mede a qualidade da educação e estabelece metas para melhoria do ensino.

atendimento educacional especializado, quadra de esportes coberta, sala de leitura, dentre outros espaços de convivência estudantil (EOL, 2020). A Unidade Escolar está atualmente sob a gestão do Professor Talvanes Galvão da Silva (Diretor de Escola), dos professores Vivian de Melo Soares Santos e Alan Luiz de Cayres Lino (Assistentes de Direção) e das professoras Marlene Queiroz de Santana Santos e Antonia Maria Cardoso Lima de Matos, na Coordenação Pedagógica.

Diante do contexto de pandemia de Covid 19, em 2021, houve alterações no quadro escolar, que conta com adaptações em relação a medidas de profilaxia e distanciamento social. Seguindo os protocolos de biossegurança, foram instalados totens de álcool em gel, marcações para distanciamento das mesas, tapetes sanitários, distanciamento de assentos na sala dos professores. No entanto, em função de reduções no quadro de limpeza da unidade, antes com sete funcionários, passou a contar apenas com dois, o grupo de professores decretou greve em virtude dos riscos envolvendo a contaminação. São 62 servidores, cinco na cozinha (terceirizada) dois na limpeza (terceirizada). Totalizando 69 ao todo.

A Escola e o ensino da Cultura Afro-Brasileira

No ano 1996 sob o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso a educação teve finalmente definidos seus fins e princípios básicos.

A Constituição da República já avançara para dispor no artigo 206 que a educação era um direito de todo cidadão e dever do Estado, como parte da Ordem Social: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A propósito na forma do artigo 6º do Diploma Constitucional já fora elevada a condição de direito social: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma da Constituição.”

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevendo os princípios e fins da educação nacional, vinculados ao mundo do trabalho e à prática social a teor do que dispõe o §º 2º do artigo 1º:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O século XX nos trouxe o movimento social contra o preconceito racial e desde então em diferentes campos, como na cultura, na música e na política destacou-se o ideal de igualação dos povos, independentemente da raça, da cor e da ideologia. A propósito, a Constituição Cidadã no artigo 3º destacou como objetivos da República a igualdade de todos e o combate ao preconceito:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- (...)
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O movimento anti-racista cresceu e sensibilizou a classe política levando-a no governo Luis Inácio Lula da Silva a aprovação da Lei nº 10.635 de 9 de janeiro de 2003 que acrescentou ao artigo da Lei nº 9.394 um outro princípio, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Essa alteração legislativa destacou:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A contribuição do negro na construção do povo brasileiro é fundamental e deve ser estudada para que a partir dessas discussões o Brasil possa enfim entender que o negro é a nossa raiz, e as raízes de um povo nunca devem ser esquecidas.

Temos a graça de presenciar ações culturais afirmativas na pintura, na qual se destaca o nome de Heitor dos Prazeres, também compositor, na música, com nomes como Dorival Caymmi, Cartola, Nelson Cavaquinho e Pixinguinha. Na literatura com Machado de Assis, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus, na engenharia com André Rebouças, na política com Luiz Gama, José do Patrocínio, e com grandes atores como Grande Otelo, Abdias do Nascimento, sem se esquecer de heróis nacionais como João Cândido, o Almirante Negro e Zumbi dos Palmares.

Dessa forma, é intenção deste Projeto, auxiliar a comunidade escolar no desenvolvimento de ações afirmativas baseadas nas questões éticas a partir da nossa história com vistas à efetiva construção da cidadania dentro e a partir da Escola Pública.

As questões sócio raciais fazem parte das frequentes discussões nesse ambiente, dessa forma, o Projeto resgata a Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que altera a LDB (Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) reforçando a importância da ampliação e efetiva discussão das questões relacionadas à cultura afrodescendente para, e na formação da identidade cidadã do brasileiro, uma vez que, nosso povo tem origem europeia, indígena e africana, nessa última, por questões relacionadas ao processo de escravidão no Brasil.

A escolha pelo tema da intervenção comunicativa de treinamento em Gestão de Pessoal a partir das questões étnico-raciais das culturas afro-brasileira, africana e indígena se dá pela importância cultural da nossa origem formativa, e levando em consideração as estatísticas brasileiras que na sociedade, indicam forte presença do racismo velado e estrutural.

Intervenção Proposta: A Cartilha “Ações afirmativas para a construção da cidadania e redução das desigualdades sociais”

A cartilha foi desenvolvida em formato digital com cinco ABAS, e está hospedada na internet no Wix.com, que é uma plataforma para criação e hospedagem de

websites. A plataforma Wix foi escolhida por ser livre para colocar qualquer tipo de texto, imagem ou vídeo. O que também pesou na escolha dessa base tecnológica foi o fato dela ser gratuita e de se adaptar automaticamente para versão móvel (celular/tablet ou desktop PC), sendo assim acessível a todos com acesso a internet.



Página Inicial: <https://cartilhadigitaligu.wixsite.com/igualdade>



1ª ABA - Conhecendo o Projeto (apresenta na descrição do projeto, sua justificativa)

Página principal Conhecendo o projeto Um pouco da história Legislação pertinente Leitura complementar Ações afirmativas

Um pouco da história



O brasileiro tem descendência europeia, africana e indígena, mas esse histórico pouco contribuiu para a criação de uma identidade nacional consistente. Além

2ª ABA - Um Pouco da História (apresenta um pouco da história do racismo no Brasil a partir de fator históricos e estatísticas da situação atual que mostram um pouco da realidade social).

Página principal Conhecendo o projeto Um pouco da história Legislação pertinente Leitura complementar Ações afirmativas

Legislação pertinente

Leis que regem o tema e leis no âmbito escolar

Diferença entre racismo e injúria racial:

RACISMO: Previsto na Lei nº 7.716/1989. É um crime contra a coletividade e não contra uma pessoa específica. Realizado por meio da verbalização de uma ofensa ao coletivo, ou atos como recusar acesso a estabelecimentos comerciais ou elevador social de um prédio. É inafiançável e imprescritível. A pena vai de um a três anos de prisão, além de multa.

INJÚRIA RACIAL: Está especificado no Código Penal – artigo 140, terceiro parágrafo. É quando uma ou mais vítimas são ofendidas pelo uso de "elementos referentes à

3ª ABA - Legislação pertinente (apresenta as leis que regem o tema no Brasil até chegar no âmbito escolar).

Página principal Conhecendo o projeto Um pouco da história Legislação pertinente Leitura complementar Ações afirmativas

Leitura complementar

A contribuição do negro na construção do povo brasileiro é fundamental e deve ser estudada para que a partir dessas discussões o Brasil possa enfim entender que o negro é a nossa raiz, e as raízes de um povo nunca devem ser esquecidas.

Temos a graça de presenciar ações culturais afirmativas na pintura, na qual se destaca o nome de Heitor dos Prazeres, também compositor, na música, com nomes como Dorival Caymmi, Cartola, Nelson Cavaquinho e Pixinguinha. Na literatura com Machado de Assis, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus, na engenharia com André Rebouças, na política com Luiz Gama, José do Patrocínio, e com grandes atores como Grande Otelo, Abdias do Nascimento, em se esquecer de heróis nacionais como João Cândido, o Almirante Negro e Zumbi dos Palmares.

4ª ABA - Leitura Complementar (apresenta a sugestão de literatura da área, links para ONGs e demais entidades da sociedade civil que trabalham para a construção da cidadania igualitária no Brasil).



The screenshot shows a website with a dark blue header containing navigation links: 'Página principal', 'Conhecendo o projeto', 'Um pouco da história', 'Legislação pertinente', 'Lectura complementar', and 'Ações afirmativas'. The main content area has a dark red background with the title 'Ações afirmativas' in white. Below the title, there is a paragraph in white text: 'Capacitação com discussões colaborativas para o desenvolvimento de ações educacionais afirmativas sobre os temas propostos.' This is followed by the heading 'Conteúdo Programático:' and a sub-heading '1º encontro'. A list of activities follows in white text: '- Cerimônia de abertura pela Gestão Escolar', '- Apresentação da proposta de Capacitação – pela equipe de treinamento', '- Apresentação da cartilha/site/plataforma – pela equipe de treinamento', and '- Dinâmica em grupo – Brainstorming para o diagnóstico sobre os temas a partir do uso de post-its coloridos (no presencial) e / ou usando a plataforma Google Jamboard (no online).'

5ª ABA - Ações Afirmativas da Escola (A aba se apresenta em formato de Blog, para trazer a possibilidade de alimentação de conteúdos pela Gestão Escolar. Todo o desenvolvimento da Capacitação deverá nesta aba ser registrado).

O Projeto visa apresentar um modelo de prática que possa aprimorar a comunicação entre os servidores na Escola, com a proposta de contribuir com os esforços já desenvolvidos pelos servidores com relação às questões de convívio social diante da pluralidade sócio cultural que encontramos no ambiente escolar.

Dessa forma, a ABA 5 - Ações Afirmativas da Escola - é um espaço pensado para a construção coletiva da comunicação pública entre os pares, desenvolvida durante os processos de capacitação da comunidade escolar sobre os temas propostos, espaço este que permite o compartilhamento de propostas e o desenvolvimento de futuras ações voltadas para a ampliação do tema, configurando-se assim, como um canal de replicabilidade e compartilhamento de informações entre todos os *stakeholders* envolvidos no projeto.

Considerações Finais

Esse Projeto tem grande chance de ser efetivado na Unidade Escolar alvo do estudo, assim sendo, buscará auxiliar na melhoria da imagem da instituição escolar a partir da capacitação de seus servidores (gestores, professores e demais funcionários), por meio da criação e ampliação de espaços de diálogo na escola que geram pertencimento e reforçam a Escola como vetor de desenvolvimento social.

Uma das mais importantes contribuições do projeto está pautada na criação de mais um espaço de comunicação para auxiliar os servidores da educação na formação de uma juventude mais justa, apta a construir uma sociedade com menos desigualdades sociais, processo no qual a comunicação apoiada no uso de tecnologias digitais se faz fundamental.

As questões sócio raciais fazem parte das frequentes discussões no ambiente escolar, sendo assim, o Projeto resgata a Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que altera a LDB (Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) reforçando a importância da ampliação e efetiva discussão das questões relacionadas à cultura afrodescendente para e na formação da identidade cidadã do brasileiro, uma vez que, nosso povo tem origem europeia, indígena e africana, nessa última, por questões relacionadas ao processo de escravidão no Brasil.

A escolha pelo tema da intervenção comunicacional de treinamento em Gestão de Pessoal a partir das questões étnico-raciais das culturas afro-brasileira, africana e indígena se deu pela importância cultural da nossa origem formativa, e levando em consideração as estatísticas brasileiras que na sociedade, indicam forte presença do racismo velado e estrutural.

Referências Ampliadas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. **Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf>

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ANTUNES, Cláudia Pereira; MEINERZ, Carla Beatriz. **Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicação da Lei 11.645/08 no Rio Grande do Sul**. Revista Periferia, v.7 n.1 jan-jun 2015. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/viewFile/21966/15945>

BRASIL – Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 de set. de 2020.

BRASIL – Casa Civil. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 18 de set. de 2020.

BRASIL – Casa Civil. **Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei Nº 9.394/96 – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 18 de set. de 2020.

Escolas - Sociedades envolvidas, crianças de sucesso Disponível em <https://www.escol.as/204633-theodomiromonteiro-do-amaral-prof> Acesso em 24 de out. de 2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO SEADE – **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados** – Perfil municípios paulistas – Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 22 de out. de 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Étnico-Cultural**. In: Diversidade na Educação. Reflexões e experiências. Brasília. Ministério da Educação. 2003

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – IBGE Cidades- Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 de out. de 2020.

INEP - **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> Acesso em : 27 de out. de 2020.

MEC - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

ROCHA, T; GOLDSCHMIDT, A. **Gestão dos Stakeholders**: Como gerenciar o relacionamento e a comunicação entre a empresa e seus públicos de interesse. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROMÃO, Jeruse. **Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro**. In: ROMÃO, Jeruse (org.). A história da educação do negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SME - **Secretaria de Educação do Município de São Paulo** - Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/secretaria/> Acesso em : 27 de out. de 2020.